



INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA – CAMPUS SOUSA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR
CURSO SUPERIOR DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

VICTÓRIA PINHEIRO ALVES

**A EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NO IFPB-CAMPUS
SOUSA NO PERÍODO DE 2010 A 2019**

SOUSA – PB

2022

VICTÓRIA PINHEIRO ALVES

**A EVASÃO NO CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NO IFPB-CAMPUS
SOUSA NO PERÍODO DE 2010 A 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação
apresentado à Coordenação do Curso Superior
de Licenciatura em Química do Instituto
Federal da Paraíba, Campus Sousa, como
requisito para obtenção do título de licenciada
em Química.

Orientadora: Polyana de Brito Januário

SOUSA – PB

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Milena Beatriz Lira Dias da Silva – Bibliotecária CRB 4/2270

A474e Alves, Victória Pinheiro
 A evasão no curso de Licenciatura em Química no IFPB-
Campus Sousa no período de 2010 a 2019 / Victória Pinheiro
Alves, 2022.
 44p.: il.

Orientadora: Profa. Ma. Polyana de Brito Januário.
TCC (Licenciatura em Química) - IFPB, 2022.

1. Evasão discente-IFPB. 2. Licenciatura em Química. 3.
Perfil discente. I. Januário, Polyana de Brito. II. Título.

IFPB Sousa /

CDU

AGRADECIMENTOS

Nesse momento se faz necessário agradecer por tudo que aconteceu nesse caminho percorrido até aqui.

Agradeço primeiramente a Deus, pois tudo que aconteceu desde a aprovação para o curso de Licenciatura em Química até o dia de hoje foi de exclusiva permissão dEle. Agradeço aos meus pais Fátima e Pedro que foram extremamente necessários nessa minha caminhada, aos meus irmãos Milenne e Michel que foram igualmente importantes também. Ao meu esposo, Samuel, pela paciência e pelo incentivo quando eu queria desistir. Agradeço de todo o coração a minha orientadora Polyana por toda paciência e compreensão que teve comigo, nunca irei esquecer.

Não posso esquecer dos amigos que fiz durante esses anos, e dos colegas também, mas em especial cito os que estiveram comigo em literalmente todos os momentos: Elwis, Antônio, Francisco Ferreira, Mateus, Fiana, Ariana. A eles, espero que estejamos juntos na caminhada da docência.

Aos meus professores que contribuíram para a minha formação, todos foram importantes sem exceção, mas há aqueles que eu admiro muito e que para mim não foram apenas professores: Polyana de Brito, Pedro Nogueira, Antônio José, João Batista, Patrícia Roque, Valmiza Durand, e enfim, Higo de Lima (Surpreso, né?). Todos os ensinamentos que obtive de vocês eu não irei levar apenas para a carreira docente, mas para a minha vida.

“O meu grande desejo e a minha esperança são de nunca falhar no meu dever, para que, sempre e agora ainda mais, eu tenha muita coragem. E assim, em tudo o que eu disser e fizer, tanto na vida como na morte, eu poderei levar outros a reconhecerem a grandeza de Cristo.”

Filipenses 1:20

RESUMO

A Educação no nosso país tem sido um assunto bastante discutido, principalmente os cursos de graduação que formam os docentes: as licenciaturas. Um problema encontrado nesses cursos de licenciatura é o alto índice de evasão. O presente trabalho teve como objetivo principal estudar a evasão no curso de Licenciatura em Química no IFPB – Campus Sousa, no período de 2010 a 2019. Para desenvolvimento, foram utilizadas as informações dispostas pela Direção de Ensino Superior através do SUAP, onde foram coletados dados sobre quantidade de matrículas, contato do aluno, quantidade de evadidos e demais informações necessárias. Para aplicação de um questionário voltado para alunos e ex-alunos foi utilizada a plataforma *googleforms*, por meio das respostas obtidas foi possível formar o perfil socioeconômico dos alunos e observar a concordância entre eles em relação às perguntas feitas no questionário. Além de traçar o perfil dos alunos, foi possível correlacionar os motivos da evasão com outras pesquisas sobre o assunto, sendo notório que as opiniões sobre evasão existentes no IFPB campus Sousa, foram encontradas em outros locais. Foram encontrados os principais fatores relacionados a motivos de desistência e/ou evasão, sendo possível verificar que a maior causa foi a não identificação pessoal com o curso de Licenciatura em Química.

Palavras chave: Evasão, Licenciaturas, Ensino.

ABSTRACT

Education in our country has been a subject much discussed, especially the undergraduate courses that train teachers: the licenciates. A problem found in these undergraduate courses is the high dropout rate. The main objective of this work was to study the dropout in the Degree in Chemistry at the IFPB - Campus Sousa, from 2010 to 2019. For development, the information provided by the Higher Education Directorate through SUAP, where data were collected on the number of enrollments, student contact, number of dropouts and other necessary information. To apply a questionnaire aimed at students and former students, the googleforms platform was used, through the answers obtained it was possible to form the socioeconomic profile of the students and observe the agreement between them in relation to the questions asked in the questionnaire. In addition to outlining the profile of the students, it was possible to correlate the reasons for dropping out with other research on the subject, and it is clear that the opinions on dropout existing at the IFPB campus Sousa were found in other places. The main factors related to reasons for dropping out and/or evasion were found, and it was possible to verify that the biggest cause was the lack of personal identification with the Degree in Chemistry.

Keywords: Dropout, Degree, Teaching.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Taxa de evasão e permanência dos anos de 2010 a 2019.....	21
Gráfico 2 – Renda da família dos alunos questionados.....	24
Gráfico 3 – Motivos para possível reprovação em disciplina(s).	25
Gráfico 4 – Escolha do curso de Licenciatura em Química	27
Gráfico 5 – Participação em projetos.....	28
Gráfico 6 – Assistência estudantil... ..	29

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.
- CEFETs – Centros Federais de Educação Tecnológica.
- EaD – Educação a Distância.
- EAF – Escola Agrotécnica Federal.
- ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio.
- FCC – Fundação Carlos Chagas
- FIES– Fundo de Financiamento Estudantil.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IF – Instituto Federal.
- IFPB – Instituto Federal da Paraíba.
- INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
- MEC – Ministério da Educação.
- PIBID – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência.
- PPC – Projeto Pedagógico Curricular.
- PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.
- ProUni – Programa Universidade para Todos.
- PSE – Programa Seletivo Especial.
- RFEPCT – Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.
- RP – Residência Pedagógica.
- SISU - Sistema de Seleção Unificada.
- SUAP – Sistema Unificado de Administração Pública.
- UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
- Unioeste – Universidade Estadual do Oeste do Paraná

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	09
1.1 Ensino Superior no Brasil	10
1.2 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica	11
1.3 Licenciaturas no Brasil	12
1.4 A valorização da docência	13
1.5 Evasão nas Licenciaturas	16
2. OBJETIVOS	14
2.1 Objetivo Geral	16
2.2 Objetivos Específicos	16
3. METODOLOGIA	17
3.1 Caracterização da pesquisa	17
3.2 Curso de Licenciatura em Química no Campus Sousa	17
3.3 Procedimentos Metodológicos	18
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES	20
4.1 Cálculo de Evasão	20
4.2 Perfil dos alunos respondentes	21
4.3 Aspectos relacionados ao curso	23
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	28
REFERÊNCIAS	29
APÊNDICE	35
APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)	36
APÊNDICE B - Questionário aplicado com os alunos	38
ANEXO	41
ANEXO A - Matriz Curricular 2010	42
ANEXO B - Matriz Curricular 2018	44

1. INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a educação no país, tendo como ênfase os cursos de nível superior responsáveis pela formação de docentes (Daitx et al., 2016). A preocupação preponderante no que tange os cursos de licenciatura se refere a baixa procura por esse tipo de graduação. Tal fenômeno tem sido comumente associado à questão salarial, visto que, em geral, professores das escolas públicas não são bem remunerados, principalmente os que atuam nos níveis iniciais de ensino. Embora o professor tendo formação continuada tem a oportunidade de melhorar sua renda, ainda assim não parece ser suficiente para aumentar a procura por esses cursos de formação docente (Lunkes e Rocha Filho, 2011).

Além da baixa procura pelos cursos de licenciatura, ainda há uma evasão significativa nesses cursos. Partindo desse pressuposto, Daitx et al. (2016, p.153) aponta que a evasão acarreta um aumento de gastos e possíveis erros no processo de ensino:

“A evasão escolar é um fenômeno que começou a ser objeto de estudo das políticas públicas e educacionais com maior cuidado a partir da segunda metade da década de 90, devido em parte, à inserção deste indicador na alocação de recursos do Governo Federal. A retenção escolar, vista por esta ótica, também se torna importante, pois há um aumento do índice de gastos (capital humano e financeiro) das Instituições de Ensino Superior (IES), apontando também para possíveis pontos de falha nos processos de ensino e aprendizagem.”

De acordo com a Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - SEMESP (2019), entre os anos de 2010 e 2016, a quantidade de alunos que ingressaram em cursos de licenciatura diminuiu 10%, e apenas 39,5% dos formados em licenciatura permaneceram na área. Segundo o Ministério da Educação (Brasil, 2019), entre as edições do SISU nos anos de 2015 e 2018, houve uma queda de quase 27% na quantidade de inscrições para cursos de licenciatura.

Tanto o esvaziamento quanto a evasão são fenômenos preocupantes para as instituições de ensino superior. Por essa razão, faz-se necessário um estudo aprofundado que permita observar os motivos da não permanência dos estudantes nas universidades e se as causas existentes podem ser solucionadas. Para isso, é fundamental conhecer como se caracteriza a evasão.

“a evasão ocorre quando: (i) o aluno abandona o curso, não efetuando matrícula no tempo devido; (ii) o aluno cancela oficialmente a matrícula; (iii) o aluno se transfere para outro curso dentro da mesma instituição; (iv) o aluno se transfere para curso de outra instituição; (v) o aluno se transfere ex officio; (vi) o aluno é excluído do curso por não atendimento às normas e regimentos.” (BERNARD e DAVOK, 2016, p.3)

1.1 Ensino Superior no Brasil

A Educação no Brasil nos últimos anos apresenta evoluções quando comparada há alguns anos, como aponta Vieira e Vidal (2015). Entretanto, apesar dos avanços, de acordo com Tachibana et al. (2015), o Brasil ainda possui um atraso em seu sistema educacional quando comparado com outros países latino-americanos. De forma que a expansão do ensino superior em território brasileiro é algo recente, sendo esse atraso consequência do déficit em investimento na educação.

Ainda de acordo com Tachibana et al. (2015, p.5)

“Em um período de 10 anos, o Brasil logrou mais do que dobrar sua taxa bruta de matrícula, passando de 12,04% a 28,68% [...] A taxa bruta de matrícula alcançada pelo Brasil em 2012 era menor do que aquela do Chile e da Argentina em 2002, e inferior à média da América Latina em 2005. Em comparação aos Estados Unidos e à Coreia do Sul – países dentre aqueles com maiores taxas de matrícula – o atraso fica mais acentuado.” (2015, p.5)

No ano de 2017 existiam 2,4 mil instituições de ensino superior no Brasil, sendo 88% instituições privadas. Assim, 88% eram faculdades, 7% centros universitários e 4% universidades. (INEP, 2018)

Com referência ao acesso às instituições superiores brasileiras, existem programas de avaliação para o ingresso, como por exemplo, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), o Sistema de Seleção Unificada (SiSU), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). A instituição desses, facilitou o acesso à universidade, todavia, não foi suficiente para que os alunos permanecessem nas universidades. (Bernard e Davok, 2016).

O ENEM foi criado em 1998 por meio da Portaria MEC N° 438, de 28 de maio de 1998, de forma que os alunos concluintes do ensino médio pudessem avaliar seus conhecimentos. Somente a partir do ano de 2009, o ENEM passou a ser utilizado para o ingresso em instituições de ensino superior. Atualmente, a prova é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), sendo composta por 180 questões que se distribuem entre as seguintes áreas: Ciências Humanas e suas Tecnologias (História, Geografia, Filosofia e Sociologia); Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (Língua Portuguesa, Literatura, Língua Estrangeira (Inglês ou Espanhol); Matemática e suas Tecnologias (Matemática, incluindo Álgebra e Geometria). Cada área possui 45 questões, como também uma redação que objetiva avaliar cinco competências, sendo atribuído um peso de 0 a 200 para cada uma delas e o somatório dos pesos obtidos em cada competência corresponde a nota final.

O ProUni foi criado no ano de 2004, entretanto somente em janeiro de 2005 foi oficializado com a instituição da Lei 11.096. O programa oferta bolsas de estudo para o ensino privado destinado a alunos de baixa renda que tenham estudado apenas em escola pública durante o ensino médio, ou ainda com bolsa integral em escolas particulares. Para isso, é necessário que o aluno tenha obtido no mínimo 450 pontos nas 180 questões do ENEM, e uma nota maior do que 0 (zero) na redação.

Anos mais tarde foi implantado o SISU, regulamentado pela Lei nº 12.711/2012, sendo utilizado para ingressar em instituições públicas de ensino superior. O sistema faz uso da nota da prova do ENEM como meio de acessá-lo, realizando seleção duas vezes ao ano de forma gratuita.

Além dos mencionados anteriormente, a partir da Lei nº 10.260 de 2001, foi criado o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), um programa do Ministério da Educação para concessão de financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos.

1.2 Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

Em 1909, foram criadas dezenove Escolas de Aprendizizes Artífices através do Decreto nº 7.566. Posteriormente, em 13 de janeiro de 1937, foi assinada a Lei nº 378 que transformou essas escolas em Liceus Profissionais e realizavam o ensino profissional.

Em 25 de fevereiro de 1942, com o Decreto nº 4.127, os Liceus se transformaram em Escolas Industriais Técnicas, também voltadas para o ensino profissional. As Escolas Industriais Técnicas passaram a ser Escolas Técnicas Federais, no ano de 1959. Mais adiante, com a Lei Nº 8.948 de 1994, lentamente as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais foram remodeladas para Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs).

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (RFEPT) se originou a partir de todo esse histórico, sendo, por último, criados os Institutos Federais de Ciência e Tecnologia, os conhecidos IFs, com a Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

No ano de 2019, a Rede Federal no Brasil era composta por 38 Institutos Federais, 02 Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), 22 escolas técnicas vinculadas às universidades federais e o Colégio Pedro II. Assim, a rede conta com 661 unidades ao todo, incluindo os campi dessas instituições federais, estando distribuídas entre as 27 unidades federadas do país.

Os Institutos Federais dispõem de ensino técnico nas modalidades: integrado ao médio ou subsequente, além dos cursos superior de graduação e pós-graduação de tecnologia,

bacharelado e licenciatura. Essas instituições são pluricurriculares e multicampi, possuindo reitoria, campus, campus avançado, polos de inovação e polos de educação a distância. (Perucchi e Mueller, 2015)

De acordo com Kuenzer (2010), os Institutos Federais possuem autonomia nos âmbitos administrativo, patrimonial, didático-pedagógico, financeiro e disciplinar. Dessa forma, os mesmos podem criar e até mesmo extinguir cursos dentro dos limites de sua área. Os IF possuem como finalidade estruturar a educação profissional e tecnológica, contribuindo também para o crescimento de acertos produtivos, culturais e sociais.

1.3 Licenciaturas no Brasil

No Brasil, existem diferentes tipos de formação superior: Bacharelado, Licenciatura e Tecnólogo. De acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura (2010), os cursos de Bacharelado são definidos como os cursos superiores chamados de generalistas, onde o egresso saíra como formação científica e humanística, o que vai conferir ao diplomado a atribuição de atividade acadêmica, profissional ou cultural; as Licenciaturas por sua vez, são os cursos superiores que atribuem ao diplomado o domínio para atuar no magistério da educação básica; e os Cursos Superiores de Tecnologia se configuram como graduações de formação especializada conferidas em áreas científicas e tecnológicas, e atribui ao diplomado competência para atuar em áreas profissionais específicas. A duração varia de acordo com o curso.

Os cursos superiores podem ser ofertados nas modalidades EaD, Presencial ou Semipresencial. No Art. 3º do artigo 80, da Lei 9.394 de dezembro de 1996, afirma que os cursos semipresenciais ou EaD não podem ter sua duração mínima inferior à dos cursos presenciais.

Embora, nos últimos anos, as discussões direcionadas à formação docente, e consequentemente os cursos de licenciatura tenham se intensificado. Esse tipo de curso nem sempre foi a maneira de se chegar à formação profissional da docência. Visto que, anteriormente, os acadêmicos formavam-se como bacharéis, e caso optassem por ter o título de licenciado acrescentariam um ano de estudo em disciplinas específicas para docência. Somente a partir de 1960, por conta da emergência da época, surgiram os cursos de licenciatura de curta duração e posteriormente com a consolidação da Lei 5.692/1971, a licenciatura passou a ser o principal meio para formação de professores, o discente concluiria o curso num período de um ano e meio a três anos. (Santos e Mororó, 2019)

De forma geral, as licenciaturas têm sua grade curricular dividida em três núcleos: o didático-pedagógico, composto por disciplinas relacionadas diretamente com a docência; o específico, formado pelas disciplinas ligadas diretamente a área específica do curso, como por exemplo matemática, química ou física; e o comum, com disciplinas que não estão correlacionadas aos núcleos anteriores.

Nas licenciaturas, além da carga horária das disciplinas dos núcleos descritos acima e da carga horária destinada a atividades complementares, os acadêmicos necessitam também cursar a disciplina de estágio supervisionado, com uma carga horária variável a depender do curso, alguns cursos possuem três estágios, ou até mesmo quatro. Essa obrigatoriedade é fundamentada na Lei Nº 11.788, do ano de 2008, que estabelece uma carga horária mínima de 400 horas.

O estágio supervisionado é dividido em três etapas: o estágio de observação, em que o aluno observa o funcionamento de uma sala de aula, um docente cumprindo seu magistério, como também examina os alunos; o estágio de semirregência, em que o estagiário além de observar as aulas, irá planejá-las juntamente com o professor; e o estágio de regência, em que o aluno ministrará as aulas em todas as horas previstas nessa etapa do estágio.

Os licenciandos também podem aperfeiçoar sua didática ao longo do curso através de programas específicos. O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) criado no ano de 2007 e regulamentado através do decreto Nº 7219, de 24 de junho de 2010, tem a finalidade de valorizar o magistério e visa conceder bolsas aos alunos de licenciaturas das instituições de ensino superior, para inserir o aluno em um primeiro contato com a docência. Sendo esse programa destinado aos alunos que se encontram na primeira metade do curso (Brasil, 2020).

A Residência Pedagógica (RP), também concede bolsas aos alunos e visa aperfeiçoar a prática docente, foi criada no ano de 2011 e implantada em 2012, sendo fundamentada na Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Podem concorrer a essa bolsa, os alunos que ultrapassaram 50% da carga horária total do curso. Ambos programas integram a Política Nacional de Formação de Professores (Capes, 2020).

1.4 A valorização da docência

A valorização docente no meio educacional tem ganhado espaço nos últimos anos na discussão das políticas educacionais, e destacando os últimos quarenta anos, o docente tem sido

relacionado a qualidade de educação. Essa valorização se refere não somente à remuneração, mas às condições de trabalho impostas aos docentes também. (Weber, 2015)

Jacomini et al.(2018) avaliam que as condições para o trabalho do docente no Brasil são no mínimo precárias, sendo possível perceber que essa precarização foi causada pelas reformas educacionais, que trouxeram graves consequências para a valorização da profissão do magistério. Consequentemente, interferindo na aprendizagem dos alunos (Nascimento e Rodrigues, 2017).

Na concepção de Nascimento e Rodrigues (2016, p.2) existem diversos motivos para que os próprios docentes queiram desistir da profissão

“a desvalorização da profissão, a visão de que o professor é um mero reproduzidor de conhecimento e os baixos salários. Além disso, há também as péssimas condições de trabalho, isto é, a escassez de recursos, as mudanças na relação professor- aluno e as crises na identidade do profissional. (2017, p.2)

Os professores ainda precisam ocupar-se com o lado psicológico, devendo promover o desenvolvimento quase completo de uma criança, promovendo a aprendizagem dos alunos, incluindo aqueles que apresentam diversidades e necessidades com sua disciplina (Giovinazzo, 2017).

Dessa forma, observa-se que há uma grande desvalorização da profissão, influenciando desde a escolha dos futuros acadêmicos com os seus cursos, acarretando a baixa procura por cursos de licenciatura.

Através de um estudo realizado pela Fundação Carlos Chagas (FCC) mostra dados de que apenas 2% dos estudantes do Ensino Médio querem atuar na área da docência, e tem a docência como primeira opção, querendo prestar vestibular para Pedagogia ou alguma licenciatura.

1.5 Evasão nas Licenciaturas

A evasão, fenômeno típico nas licenciaturas, não salienta apenas pontos negativos com relação ao curso como se assemelha, o indivíduo pode evadir por não ter se identificado com a docência diante da prática, ou no decorrer do curso, ele descobre uma afinidade por outra área acadêmica. (Maia, 2018)

Para Fritsch et al. (2015), a evasão no âmbito escolar acaba por apontar “o desempenho dos sistemas de ensino”. Isso estaria relacionado não somente ao magistério, mas também às instituições como um todo, fazendo com que até a infraestrutura se apresentasse como um

problema para os discentes. Além disso, a causa da evasão poderia também ser as dificuldades pessoais que podem intercorrer e inviabilizar a conclusão do curso. (Jesus, 2015).

Como aponta Massi e Villani (2015), a evasão desperdiça recursos econômicos e humanos, especificamente no caso do Brasil isso é extremamente preocupante, dado os problemas educacionais já existentes. Segundo Maia (2018), observa-se que a instituição pública é prejudicada, visto que há um investimento fixo por aluno utilizando recursos públicos, não havendo retorno desses investimentos. Por esse motivo, essa temática se torna tão relevante e tem sido objeto de estudo com mais frequência, com a finalidade de encontrar alternativas para contornar ou minimizar essa problemática. Entretanto, ainda que ocorram diversos estudos na área, não se pode propor uma solução definitiva e generalizada para o problema da evasão nas licenciaturas do Brasil.

Por existir diversos motivos atrelados à evasão, é necessário que haja uma pesquisa local, para que se compreenda o que acontece especificamente na região, para então buscar as soluções mais adequadas para contornar a situação (Sampaio e Silva, 2019).

Conforme Silva (2017), os aspectos internos das instituições de ensino superior também podem causar no licenciando determinado desprendimento à sua escolha de curso, o que pode gerar desapontamento nos discentes. Além disso, alguns alunos têm objeção em continuar no curso à medida que agravam suas condições financeiras.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Esse trabalho tem como objetivo verificar os principais motivos que influenciam a evasão dos estudantes do curso de Licenciatura Química, do IFPB – Campus Sousa.

2.2 Objetivos Específicos

O objetivo geral deste trabalho será alcançado mediante a efetivação das seguintes ações:

- Investigar junto aos discentes do curso de Licenciatura em Química do IFPB, as motivações para escolha da docência como profissão;
- Identificar as possíveis causas de desistências, trancamentos ou evasões no decorrer do curso;
- Avaliar o perfil dos alunos evadidos e dos alunos matriculados, por meio de banco de dados dos alunos e aplicação de questionário;
- Calcular o índice de evasão do curso, utilizando as fórmulas consolidadas do Instituto Lobo.

3. METODOLOGIA

3.1 Caracterização da pesquisa

Quanto à natureza dos dados dessa pesquisa, a mesma se classifica em caráter qualitativo e quantitativo, visto que de acordo com Guerra (2014, p.1), a pesquisa qualitativa se caracteriza através de “ações dos indivíduos, grupos ou organizações em seu ambiente ou contexto social”.

Partindo desse pressuposto, o trabalho buscou investigar e compreender as possíveis causas para a evasão do curso de Licenciatura em Química do campus Sousa. Conforme Gil (2008), essa pesquisa caracteriza-se também como levantamento de campo, uma vez que realizou a coleta de informações a determinado grupo ou grupos de indivíduos. Outrossim, afirma-se que a pesquisa também se enquadra no estudo de caso por ser uma investigação das causas das desistências, trancamentos e evasões.

Os dados qualitativos foram as respostas obtidas dos alunos e ex-alunos, visto a necessidade de explorar quais fatores contribuem mais significativamente para o fenômeno da evasão. Concomitantemente, os dados quantitativos oriundos do Sistema Unificado de Administração Pública (SUAP), sistema utilizado desde 2017 pelo IFPB, e fornecidos pela Chefia de Departamento do Ensino Superior foram utilizados para a realização dos cálculos de evasão. (Santos et al., 2017).

3.2 Curso de Licenciatura em Química do campus Sousa

O IFPB foi fundado no dia 29 de dezembro de 2008, a partir da Escola Agrotécnica Federal e do Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB). O IFPB, atualmente, existe em 20 municípios paraibanos, totalizando 21 unidades, distribuídas em quinze campi, três campi avançados, dois campi avançados em implantação e um centro de referência. Os campi estão distribuídos nas seguintes localidades: Areia, Cabedelo, Cabedelo Centro, Cajazeiras, Campina Grande, Catolé do Rocha, Esperança, Guarabira, Itabaiana, Itaporanga, João Pessoa, Mangabeira, Monteiro, Patos, Pedras de Fogo, Picuí, Polo de Inovação, Princesa Isabel, Santa Luzia, Santa Rita, Soledade e Sousa.

O IFPB foi criado a partir da junção de duas instituições: o Centro Federal de Educação Tecnológica da Paraíba (CEFET-PB) e a Escola Agrotécnica Federal de Sousa (EAF Sousa), atuando desde 1995. O referido campus conta com os cursos técnicos integrados ao

médio de Agroindústria, Agropecuária, Informática, Meio Ambiente, assim como os cursos técnicos subsequentes de Informática e o PROEJA de Agroindústria. Os cursos que compoem o nível superior são: Tecnologia em Alimentos, Tecnologia em Agroecologia, Bacharelado em Medicina Veterinária, Licenciatura em Educação Física, Licenciatura em Química e Letras – Língua Portuguesa. Todos os cursos são realizados na modalidade presencial, com exceção do curso de Letras realizado na modalidade EaD.

O curso de Licenciatura em Química teve seu início de funcionamento no ano de 2010 no período noturno, com sessenta vagas anuais, conforme autorização da Resolução CD/IFPB nº 015, de 5 de junho de 2009, com sua última renovação de Reconhecimento de Curso ocorrida em 2018, através da Portaria nº 918, de 27 de dezembro de 2018. Atualmente são disponibilizadas, por ano, 30 vagas no primeiro semestre e o processo de ingresso acontece por meio do Sistema de Seleção Unificada (SiSU) que utiliza a nota do ENEM. Outra forma de ingresso nos cursos superiores, acontece pelo Processo Seletivo Especial (PSE), destinado a reingresso, reopção de curso, transferência institucional ou ingresso de graduados. De acordo com a Matriz Curricular de 2018 (ANEXO B), o período mínimo e máximo para integralização do curso são 08 e 12 períodos, respectivamente, com uma carga horária mínima de 3485 horas. O estágio supervisionado de 400 h é componente curricular obrigatório, bem como a realização de Atividades Teórico-Práticas de aprofundamento, contabilizando 200 horas ao longo do curso. Atualmente, o curso funciona paralelamente com a Matriz Curricular de 2010 (ANEXO A) para os alunos matriculados antes da reformulação da matriz e que ainda não concluíram o curso.

3.3 Procedimentos Metodológicos

Foi elaborado um questionário de forma estruturada (APÊNDICE B) utilizando o *Google Forms*, um aplicativo de gerenciamento de pesquisas lançado pelo Google. O instrumento contém questões de categoria aberta, em que o aluno expressa sua opinião sem opções pré-estabelecidas, muito utilizada para complementação ou justificativa de perguntas anteriores. Da mesma forma, foram acrescentados questionamentos de categoria fechada, em que o respondente não precisa escrever nada por extenso, apenas selecionar as opções disponíveis, sendo-as do tipo dicotômica ou binárias, de resposta única e escalonadas.

Previamente, a pesquisa foi aprovada e autorizada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação do IFPB - PRPPG por meio de envio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE (APÊNDICE A) e do questionário submetidos ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil do Ministério da Saúde.

A aplicação ocorreu com a listagem dos alunos que possuíam algum contato de e-mail ou em contato telefônico que permitisse a conversa via aplicativo de mensagem de texto ou envio de mensagem através do Whatsaap, possibilitando o envio de um *link* com o TCLE e após o aceite do respondente, a apresentação do questionário. Considerando o método longitudinal da pesquisa e a ausência ou desatualização das informações fornecidas no ato da matrícula, alguns alunos foram inacessíveis.

Assim, dos 357 alunos que realizaram matrícula no curso, 252 alunos foram contatados por e-mail e 87 alunos por mensagem no aplicativo de conversação, 18 não tinham nenhuma das opções de contato. As informações referentes a nome do aluno, e-mail, ano de ingresso e situação de matrícula foram cedidas pela Direção de Ensino Superior do campus. Além da aplicação do questionário, as informações de ano de ingresso e situação de matrícula foram imprescindíveis para realização dos cálculos de evasão.

De acordo com o Instituto Lobo (2012), foram utilizados os seguintes recursos para calcular o índice de evasão e taxa de permanência, como o número total de ingressantes, de matrículas e de egressos.

Assim, para calcular o índice de evasão (E_2) do ano n , utilizou-se a equação:

$E_2 = 1 - P_2$, em que P indica a taxa de permanência, sendo definida como:

$P_2 = M(n-1) / M(n-1) - Eg(n-1) + In(n)$;

Em que: $M(n)$ = nº de matrículas no ano n ;

$M(n-1)$ = nº de matrículas no ano anterior;

$Eg(n-1)$ = nº de egressos do ano anterior;

$In(n)$ = nº de ingressantes no ano n . (Lobo, 2012).

O Instituto Lobo utiliza essa fórmula para calcular a evasão nacional, sendo essa fórmula utilizada internacionalmente. Dessa forma, foram adotados os cálculos de evasão e de permanência para este trabalho.

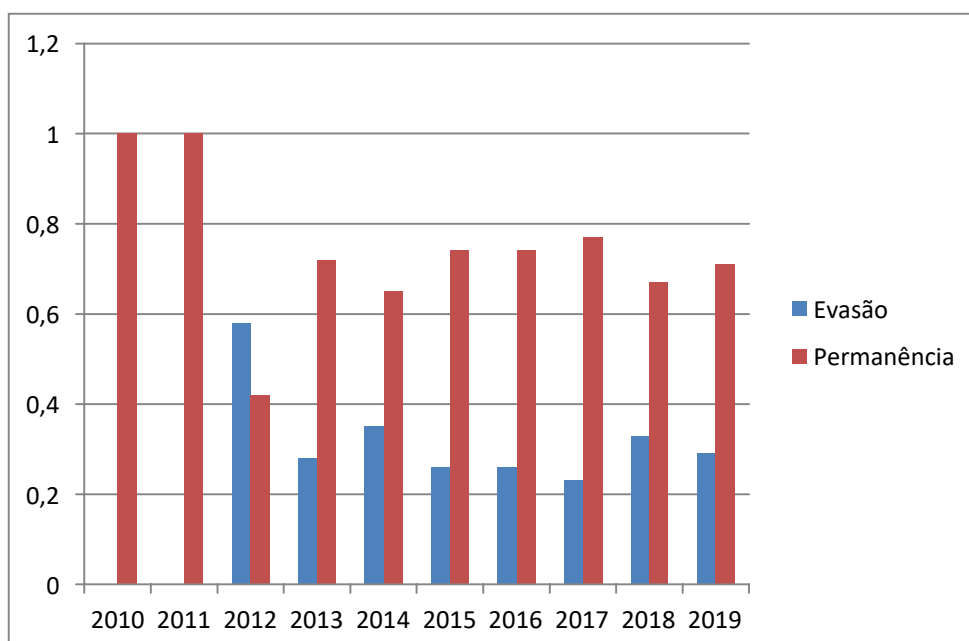
4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1. Cálculos de evasão

O Gráfico 1 mostra os resultados do método utilizado para calcular a taxa de evasão e de permanência. Não foram utilizados os dados do ano de 2020, devido ao período atípico causado pela pandemia do corona vírus, que fez com que os processos administrativos da instituição e principalmente no ensino em todos os níveis viessem a sofrer impactos bastante significativos.

De acordo com o gráfico 1, o ano com maior taxa de evasão foi o ano de 2012, atingindo 58%, e como afirma Prestes et al. (2014), a evasão pode acarretar um déficit econômico, social, além da política gerencial de formação do aluno que não é concluída pela instituição diante da evasão. A menor taxa de evasão ocorreu no ano de 2017, com apenas 23%, e consequentemente sendo o ano com maior permanência com 77%, de acordo com o Senso Superior do MEC no ano de 2017, nos cursos de licenciatura na modalidade presencial houveram 743.468 matrículas, e na modalidade EaD houveram 845.972 matrículas, totalizando 1.589.440 matrículas.

Gráfico 1 – Taxa de evasão e permanência dos anos de 2010 a 2019 .



Fonte: Resultado da pesquisa. (2021)

Conforme Dutra e Brisolla (2020) houve um corte orçamentário na Educação ocorrido nos anos 2016 e 2017 o que influenciou diretamente nas bolsas disponibilizadas aos alunos que se fortalecem nas políticas de assistência e permanência estudantil.

De acordo com o Censo de Educação Superior do ano de 2015, comparando as matrículas em cursos de licenciatura na modalidade presencial do ano de 2013 a 2015 houve uma diminuição visto que em 2013 foram 922.981 matrículas e no ano de 2015 foram 906.930 matrículas.

Segundo os dados do Censo de Educação Superior do ano de 2010, nesse ano 54,3% de matrículas foram em formações acadêmicas dentre os demais níveis de ensino, dividindo-se em 31,2% para faculdades, 13,1% centros universitários e 1,4% para os IF e CEFET. No ano seguinte, segundo os dados obtidos junto a direção do campus Sousa, houveram 30 matrículas no curso de Licenciatura em Química, porém somente 21 alunos renovaram suas matrículas no ano de 2012. As dificuldades inerentes aos primeiros anos de implantação de um curso, no que diz respeito à infraestrutura, laboratórios e maior necessidade de corpo docente que atenda a área dos componentes curriculares do curso.

4.2. Perfil dos alunos respondentes

Foram enviados 339 questionários, porém foram obtidas apenas 67 respostas, sendo 85,1% oriundos de ensino fundamental totalmente em escola pública, 11,9% que estudaram parcialmente em escola pública, e apenas 3% não estudaram o ensino fundamental em escola pública.

No que diz respeito ao ensino médio, 91% afirmou ter sido em escola pública, 4,5% parcialmente, e 4,5% responderam que não estudaram o ensino médio em escola pública. De acordo com o IBGE (2019), 86,6% dos alunos ingressantes em licenciaturas estudaram o Ensino Médio em escola pública, e 13,4% na rede privada.

Quanto à faixa etária, 13,4% têm idades entre 16 a 21 anos, 35,8% estão entre 22 a 27 anos, 29,9% entre 28 a 33 anos, 15% com idade acima de 45 anos, 10,4% entre 34 a 39 anos, e 9,0% com idade entre 40 a 45 anos.

Paralelamente os resultados sobre a ocupação deles mostraram que 43,3% estão trabalhando e estudando, 28,4% estão apenas estudando, e 28,4% está trabalhando. Além disso, pela ocorrência do curso ser no período noturno, há uma procura maior pelos alunos que trabalham diuturnamente. Sampaio e Silva (2019) relataram que 52,50% dos evadidos apontaram o trabalho como principal motivo, além de 7,50% que afirmaram não conseguir conciliar trabalho e estudo.

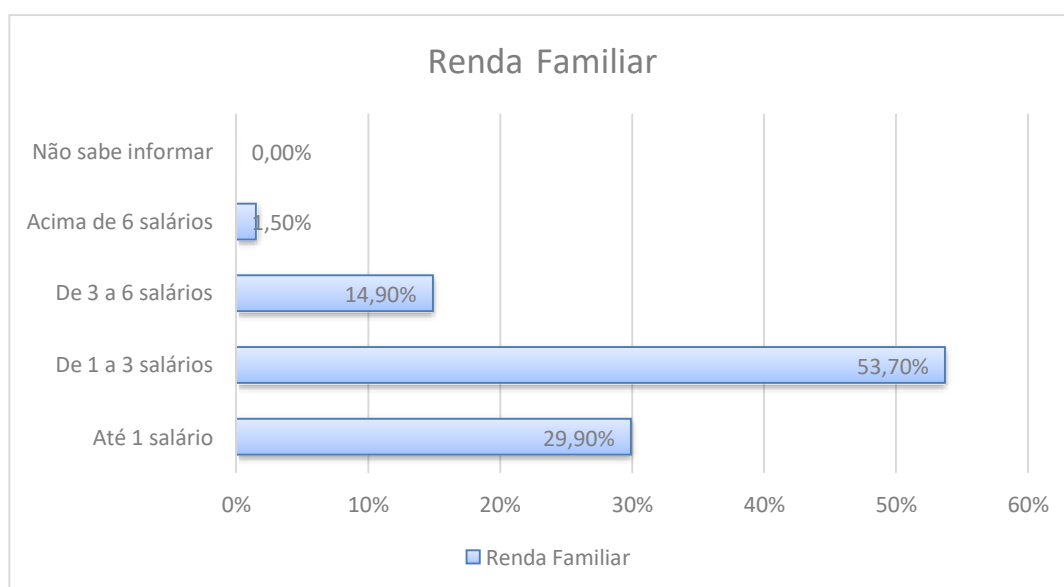
Sobre o estado civil, 57,7% alegou ser solteiro(a), 23,1% casado(a) e 19,2% está em união estável. Silva (2017) afirma que em relação ao estado civil do aluno, a família, pode

influenciar na sua permanência, pois o aluno precisa conciliar família e estudos, principalmente se o estudante tiver que ficar longe dos familiares por conta dos estudos, ocasionando evasão. Conforme Vitelli et al (2015), os estudantes solteiros apresentaram menor percentual de evasão, corroborando com a ideia de que a dificuldade em conciliar a convivência familiar e os estudos, principalmente se o estudante possuir cônjuge e filhos torna-se ainda mais difícil manter-se no curso.

Sobre o sistema de cotas, 22,5% afirmou ter utilizado alguma cota, enquanto que 54,7% ingressaram no curso por ampla concorrência e 22,8% disseram não lembrar se ingressaram pelo sistema de cotas ou pela ampla concorrência. Segundo Mocelin (2020) o total de estudantes cotistas está abaixo dos 50% que são legalmente estabelecidos para cursarem cursos presenciais e/ou a distância nos IF, pois essas matrículas só resultam em 44,93%. Isso explica o baixo número encontrado de alunos que entraram no curso utilizando algum tipo de cota.

A renda familiar também foi um fator considerado para o fenômeno da evasão, pois além dos gastos comuns da casa, também haverá gastos extras com transporte para se deslocar até a faculdade, alimentação, e dentre outros gastos dentro do próprio campus. Silva (2017) aponta que as classes menos favorecidas querem formações e carreiras mais qualificadas, e portanto, como afirma Januário (2016) e Gatti (2010), têm a necessidade de busca de trabalho para ganho imediato.

Gráfico 2 – Renda da família dos alunos questionados.



Fonte: Resultado da pesquisa (2021).

4.3. Aspectos relacionados ao curso

Foi questionado de forma aberta quais as principais dificuldades em permanecer no curso. Entre as respostas recebidas, as mais encontradas foram *“Distância, transporte, trabalhar e estudar, base ruim de química no ensino médio”*. Também surgiram respostas como *“Cobranças, pressões psicológicas”, “Aulas expositivas tornando o aluno um ser passivo”, “Biblioteca com poucos livros”*.

Dessa forma, os principais fatores apontados correspondem às dificuldades em se locomover até a instituição, sobretudo no curso de licenciatura do campus Sousa que a grande parte dos alunos é de cidades vizinhas e as dificuldades de transporte à noite tornam-se maiores. Além da dificuldade em conciliar estudo e trabalho, uma vez que alunos que optam por um curso noturno buscam ter o período diurno livre para trabalhar.

Uma das respostas obtidas retrata o problema que os alunos enfrentam com relação ao transporte: *“A maior dificuldade era com relação ao transporte. O transporte não passava pelo IFPB e sempre precisei pegar carona para chegar à instituição. E outra dificuldade era esperar o transporte vir da cidade de Cajazeiras enquanto ficávamos praticamente esperando na rua até 23h00min ou 00h00min.”*

Dentre as 67 respostas obtidas nessa questão, 16 abordaram a dificuldade relacionada ao transporte e apenas 07 relataram dificuldade na aprendizagem em disciplinas específicas, as demais respostas foram motivos bem diversos.

Gráfico 3 – Motivos para possível reprovação em disciplina(s)



Fonte: Resultado da pesquisa. (2021)

Dentre os alunos que participaram da pesquisa, 55,2% alegaram ter reprovado em alguma disciplina. Quando questionados acerca dos motivos mais relevantes à reprovação, a formação deficiente no ensino médio apareceu com 23,7%, cabe ressaltar que 91% dos respondentes são oriundos do ensino médio em escola pública, revelando um problema no ensino de química nessa rede. Segundo o Censo Escolar 2019, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), 53,9% dos docentes não possuem diploma na área que exercem a docência, ou sequer possuem alguma licenciatura ou ainda alguma formação, prejudicando o rendimento e a aprendizagem dos estudantes durante o ensino médio, trazendo consequências para o ensino superior.

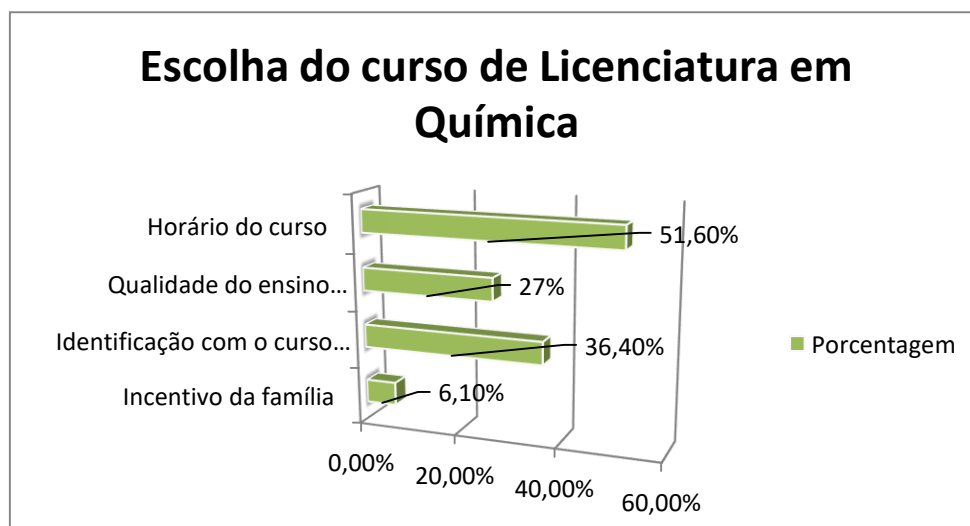
A falta de tempo devido a ocupação profissional obteve 41,7%, sendo esse problema parcialmente revelado quando se tratou de permanecer no curso e muitos citaram o fato de trabalharem e estudarem ao mesmo tempo. A dificuldade em conciliar tarefas domésticas e/ou criação de filhos com estudos também foi um ponto abordado com 21,7%. A complexidade dos conteúdos obteve 25%, podendo ter relação com a metodologia pedagógica dos docentes que teve 27,9%. A falta de empenho por parte do aluno teve 11,7% das respostas. Quando questionados se já tinham cogitado desistir ou evadir do curso, 84,8% responderam que sim.

Conforme Santos et al. (2016), 19,55% apontou como motivo de reprovação a metodologia utilizada pelo docente, 5,45% falou da dificuldade em acompanhar as aulas por causa do trabalho. Também foi apontado que para melhorar o índice de reprovação, é necessário aprimorar as metodologias e melhorar a forma como o conteúdo é explanado, além de ajudar na compreensão por parte dos alunos, estimulando-os.

No que concerne aos motivos que contribuíram para que cogitassem evadir do curso, a falta de infraestrutura básica para disciplinas de laboratório, como falta de reagentes, vidrarias e outros materiais foi apontada por apenas 6,3%. Assim como a falta de infraestrutura básica das salas de aula, como cadeiras, condicionadores de ar, quadros obteve 1,6% e a falta de infraestrutura básica do Instituto, relativo à banheiro e alimentação, com 11,5% das respostas. Para dificuldades encontradas em disciplinas específicas, 25% afirmaram ter contribuído para cogitar a evasão. A falta de segurança obteve 9,4%, o que mostra que os alunos se sentem ou se sentiram seguros enquanto estudavam. Dentre as respostas obtidas, 12,5% apresentou problemas financeiros como um motivo para evadir. A distância entre moradia e campus exibiu 28,1%, reforçado na questão em que apontou o acesso ao transporte como uma das dificuldades em permanecer no curso. Os alunos que responderam ao questionário moravam em cidades circunvizinhas de Sousa, a saber: Pombal, Patos, Aparecida, Lastro, São Gonçalo, Vieiropolis, Nazarezinho, Santa Cruz, São José da Lagoa Tapada, São Francisco, Marizópolis,

Jericó, Poço José de Moura e José da Penha – RN. O trabalho aparece como maior motivo para que o aluno cogitasse a evasão, com 38,1%, o que ratifica a dificuldade relatada anteriormente sobre estudar e trabalhar ao mesmo tempo.

Gráfico 4 – Escolha do curso de Licenciatura em Química



Fonte: Resultado da pesquisa. (2021)

Também foi perguntado dos motivos para escolha do curso de Licenciatura em Química no IFPB, campus Sousa. Dentre as respostas, 6,1% atribuíram ao incentivo da família, o que nos provoca a pensar que os estudantes do ensino básico não são incentivados por suas famílias a seguirem a carreira docente. Como afirma Silva (2017), o apoio da família torna-se de extrema importância para o fenômeno de evasão, pois motiva o estudante a continuar no curso. Para 36,4% a identificação com o curso escolhido foi um motivo para escolher o curso, o que expõe que, apesar das dificuldades, alguns estão no curso que escolheram.

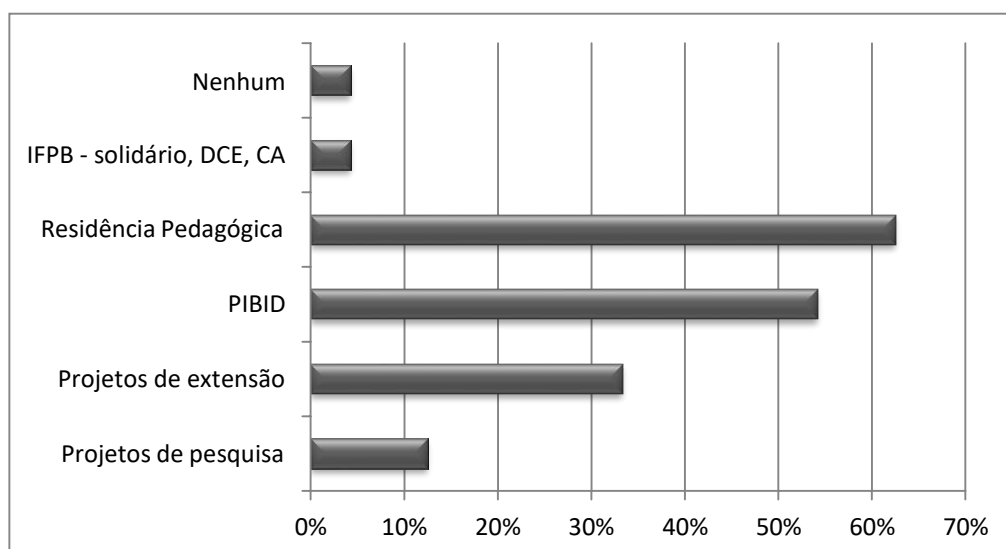
De acordo com Lunkes e Filho (2011), através da aplicação de questionário realizada com alunos da 1ª série do ensino médio, acerca do futuro profissional, surgiram respostas como *“Nunca pensei em cursar licenciatura, pretendo cursar outra coisa, e não ser professora”*, o que demonstrou que os estudantes preferem profissões de maior visibilidade social.

A qualidade de ensino apareceu com 26,6%, retratando a importância da qualidade de ensino oferecida pelo campus. E por fim, o horário do curso obteve 51,6%, enfatizando que a escolha está diretamente ligada ao período do curso, sendo o único curso de ensino superior do campus que ocorre no período noturno. Porém, a possibilidade de estudar e trabalhar pode prejudicar o desempenho do aluno e sua permanência no curso, considerando que as aulas no campus iniciam às 18h20min. Da mesma forma, Silva (2017) expõe que trabalhadores que

possuem uma jornada de trabalho de 8 horas têm pouquíssimo tempo para se alimentar e se deslocar até a instituição, principalmente quando moram em outra cidade. A opção “Outro” na questão permitia que o aluno descrevesse outro motivo que não tivesse contemplado nas alternativas anteriores, e para isto 10 pessoas responderam: “*Foi o que consegui cursar com a nota do Enem*”.

A participação dos alunos em projetos de pesquisa e extensão é considerada um contribuinte para a permanência do estudante no curso, tanto pelo incentivo financeiro devido ao fornecimento de bolsas como pelo incentivo à qualificação do professor em formação. Dessa forma, como exposto no Gráfico 5, 44,7% informaram ter participado da Residência Pedagógica, 51,1% do PIBID, 23,4% afirmaram terem participado de projetos de extensão e 23,4% de projetos de pesquisa, podendo o aluno ter atuado como bolsista ou voluntário. Sendo assim, 49% alegou que participou como bolsista em algum projeto citado anteriormente, 5,4% disse ter participado apenas como voluntário, 7,2% participou tanto como voluntário como bolsista, 29,1% respondeu não ter sido nem voluntário nem bolsista, e 9,3% não especificaram se foram bolsistas ou voluntários. Apenas 2,1% disseram já ter participado do IFPB – solidário, DCE, ou CA, e 10,5% afirmaram não ter participado de nenhum de um total de 47 respostas.

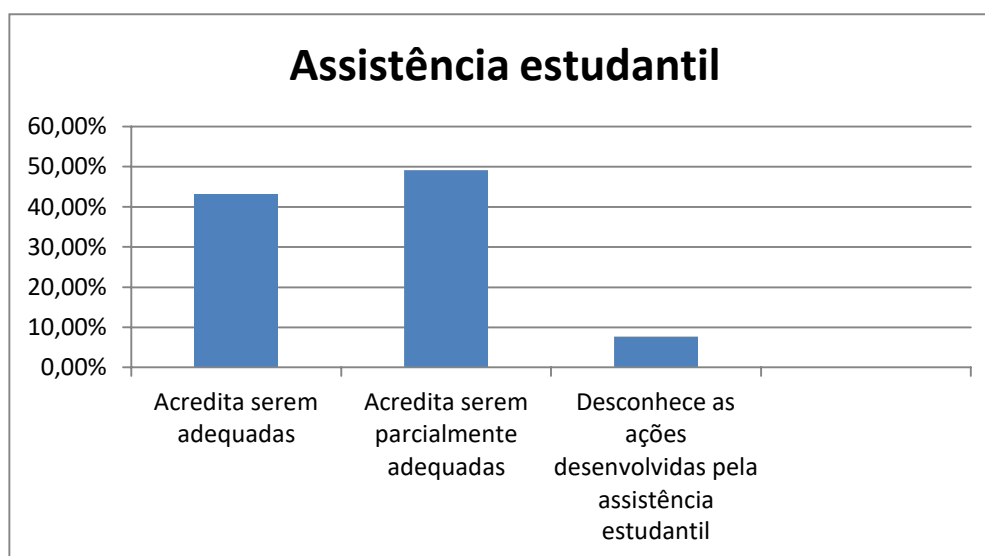
Gráfico 5 – Participação em projetos.



Fonte: Resultado da pesquisa. (2021)

Ainda em relação à assistência estudantil oferecida pelo campus, no Gráfico 6 observa-se que 43,1% acreditam serem adequadas, 49,2% acreditam serem parcialmente adequadas e 7,7% desconhecem as ações desenvolvidas pela assistência estudantil.

Gráfico 6 – Assistência estudantil.



Fonte: Resultado da pesquisa. (2021)

De acordo com Souza et al. (2019), 62,5% dos alunos evadidos responderam a pesquisa que não eram beneficiados pela assistência estudantil, o que teria influenciado na decisão de evadir-se. Essa pesquisa analisou o perfil dos estudantes, os motivos para escolha do curso e para desistência de alunos dos diferentes campi da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste).

Ao final do questionário aplicado aos alunos do campus Sousa, os alunos poderiam dissertar sobre os fatores que precisavam ser melhorados no curso, e dentre as respostas foi enfatizado por 18 alunos que se faz necessário uma maior visibilidade do curso pelo quadro administrativo, assim tendo uma maior distribuição financeira para o curso, visando melhorias relacionadas ao laboratório e ao acervo bibliotecário, além da pouca assistência recebida no curso por ocorrer no turno da noite. A metodologia dos professores e uma maior compreensão também foi citada. Dentre os respondentes do questionário, apenas 78% utilizaram o espaço para sugerir algo, sendo 56% a falar da necessidade de atualização de metodologias dos professores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das respostas obtidas, concluiu-se que a principal motivação para escolha do curso de Licenciatura em Química no campus Sousa seria o horário do curso. O fato de ser o único curso superior do campus com funcionamento noturno, possibilita que os alunos possam trabalhar em horário comercial. Sendo assim, percebeu-se que poucos escolheram o curso porque se identificavam com a docência.

A pesquisa também buscou verificar as causas para possíveis desistências, trancamentos ou evasão. Dessa forma, os dois maiores motivos apontados para cogitação de evasão, desistência ou trancamento foram as dificuldades encontradas em disciplinas específicas e distância entre moradia e campus, visto que muitos alunos são de cidades circunvizinhas e as dificuldades relacionadas ao transporte são bem maiores no período noturno.

Recomenda-se a manutenção de investimentos nas políticas de permanência estudantil, principalmente porque os alunos que buscam o curso, em geral, tentam conciliar trabalho e estudos. Com maior relevância, incentiva-se o fortalecimento de programas como o PIBID e a Residência Pedagógica que não somente fornecem bolsas, como também proporciona o aperfeiçoamento do exercício da docência.

As dificuldades referentes ao apoio para o funcionamento do curso foram mencionadas pelos alunos participantes da pesquisa, cabendo um olhar mais atencioso para esse horário e para o curso além do desenvolvimento de alternativas que facilitem o transporte dos alunos.

REFERÊNCIAS

BERNARD, Rosilane Pontes. DAVOK, Delsi Fries. **Avaliação dos índices de evasão nos cursos de graduação da Universidade do Estado de Santa Catarina – UDESC.** Avaliação (Campinas) vol.21 no.2 Sorocaba July 2016. Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-40772016000200503&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

BRASIL. ENEM. Portaria MEC Nº 438, de 28 de maio de 1998. **Institui e regulamenta o ENEM.** Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=127911-8-inep-eduardo-carvalho-apresentacao-enem-bncc-e-novo-ensino-medio-1&category_slug=outubro-2019&Itemid=30192>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

BRASIL. FIES. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. **Institui e regula sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110260.htm#:~:text=LEI%20No%2010.260%2C%20DE%2012%20DE%20JULHO%20DE%202001.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20o%20Fundo%20de,Superior%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAsncias.&text=Art.&text=%C2%A7%203o%20Os%20cursos,preju%C3%ADzo%20para%20o%20aluno%20financiado.>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

BRASIL. *Lei nº 11.892*, de 29 de dezembro de 2008. (Vide Decreto nº 7.022, de 2009). **Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937. **Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública.** Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html#:~:text=D%C3%A1%20nova%20organiza%C3%A7%C3%A3o%20ao%20Minist%C3%A9rio%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Sa%C3%BAde%20P%C3%BAblic a.&text=Art.,Ministerio%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Saude.>>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1 e graus, e dá outras providências.** Disponível em: < <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=5692&ano=1971&ato=f4ekXQU50MjRVT190>>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei Nº 8.948, de 8 de dezembro de 1994. **Dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica e dá outras providências.** Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18948.htm#:~:text=LEI%20No%208.948%2C%20D E%208%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201994.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%2

0institui%C3%A7%C3%A3o%20do,Tecnol%C3%B3gica%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A2ncias.>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. Lei nº de 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 01 de setembro de 2020.

BRASIL. PROUNI. Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para todos e regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111096.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

BRASIL. SISU. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Institui o SISU e regula sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

CAPES. Plataforma Capes. Disponível em: <<https://freire2.capes.gov.br/portal/>>. Acesso em 20 de julho de 2020.

Censo da Educação Superior 2010. Disponível em: < https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2010/divulgacao_censo_2010.pdf>. Acesso em 20 de janeiro de 2022.

DAITX, André Cristo et al. Evasão e retenção escolar no curso de licenciatura em química do Instituto de Química da UFRGS. V21 (2) – Ago. 2016 pp. 153 – 17. FIGUEIREDO, Hermes Ferreira. **Mapa do Ensino superior no Brasil. Semesp, 40 anos.** Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Semesp_Mapa_2019_Web.pdf>. Acesso em 26 de janeiro de 2021.

Decreto Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 02 de setembro de 2020.

Decreto nº 7.219 de 24 de junho de 2010. Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID e dá outras providências. Disponível em: <

<https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=7219&ano=2010&ato=8c2cXWU5EMVpWT09a>>. Acesso em 02 de setembro de 2020.

Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria dezenove Escolas de Aprendizes Artífices.** Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1900-1909/decreto-7566-23-setembro-1909-525411-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 01 de setembro de 2020.

DUTRA, Norivan Lustosa Lisboa. BRISOLLA, Livia Santos. **Impactos e rupturas na educação superior brasileira após a Emenda Constitucional 95/2016: o caso dos institutos federais.** Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/79581/56765>>. Acesso em: 22 de maio de 2021.

FRITSCH, ROSANGELA. **A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada.** Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7963>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

GATTI, Bernadete A. **A atratividade de carreira docente no Brasil.** Disponível em: <<http://www.zerohora.com.br/pdf/15141177.pdf>>. Acesso em 15 de setembro de 2021.

GERAB, Fabio. **Cálculo da evasão e do índice de titulação em cursos usando uma abordagem probabilística.** Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/311664935_CALCULO_DA_EVASAO_E_DO_INDICE_DE_TITULACAO_EM_CURSOS_USANDO_UMA_ABORDAGEM_PROBABILISTICA>. Acesso em: 14 de novembro de 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de pesquisa social.** Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9nicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em: 14 de setembro de 2020.

GIOVINAZZO JUNIOR, Carlos Antonio. **A formação profissional nos cursos de licenciatura e o exercício do magistério na educação básica: intenções, realizações e ambiguidades.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602017000500051&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 19 de agosto de 2020.

GUERRA, E. L. A. **Manual pesquisa qualitativa.** Belo Horizonte: Grupo Anima Educação, 2014. 52 p

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Censo Escolar, 2018. Brasília: MEC, 2020

JACOMINI, Maria Aparecida, et al. **Valorização docente e carreira do magistério no município de Guarulhos.** Disponível em: < <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/10780>>. Acesso em 20 de agosto de 2020.

JANUÁRIO, Polyana de Brito. **A evasão e o esvaziamento nos cursos de licenciatura em química: O caso do IFPB – Campus João Pessoa.** Disponível em: < <https://repositorio.ifpb.edu.br/bitstream/177683/585/1/TCC%20-%20Polyana%20de%20Brito%20Janu%C3%A1rio.pdf>>. Acesso em 20 de maio de 2020.

JESUS, Filipe Augusto. **Em busca de soluções para evitar a evasão nos cursos de exatas da Universidade Federal de Sergipe: relatos de uma proposta de química.** Disponível em: < <https://www.seer.ufal.br/index.php/debateseducacao/article/view/974>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

KUENZER, Acácia Zeneida. **O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida.** Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-73302010000300011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 20 de agosto de 2020.

LUNKES, Mércio José. ROCHA FILHO, João Bernardes da. **A baixa procura pela licenciatura em física, com base em depoimentos de estudantes do ensino médio público do oeste catarinense.** Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1516-73132011000100002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

MAIA, Greice Lopes. **Indicadores de evasão e baixa procura nos cursos de licenciatura do IFFAR – Campus São Vicente do Sul: Rearticulações na gestão.**

MARTINS, Cleidis Beatriz Nogueira. **Evasão de alunos nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior.** Disponível em: < https://fpl.edu.br/2018/media/pdfs/mestrado/dissertacoes_2007/dissertacao_cleidis_beatriz_nogueira_martins_2007.pdf>. Acesso em 19 de maio de 2020.

MASSI, Luciana. VILLANI, Alberto. **Um caso de contratendência: baixa evasão na licenciatura em química explicada pelas disposições e integrações.** Disponível em: < https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1517-97022015000400975&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

Ministério da Educação, Governo Federal. Disponível em: < <http://sejaumprofessor.mec.gov.br/internas.php?area=como&id=formacao>>. Acesso em 25 de janeiro de 2021.

MOCELIN, Cassia Engres. **Uma análise marxiana da política de cotas no ensino superior público brasileiro.** Disponível em: < <https://www.scielo.br/j/rk/a/YFqV9GQNXbkqC4M9LF3SCG/?lang=pt>>. Acesso em 20 de setembro de 2020.

NASCIMENTO. Ivany Pinto. RODRIGUES. Sônia Eli Cabral. **Representações sociais sobre a permanência na docência: o que dizem docentes do ensino fundamental.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022018000100425> Acesso em: 20 de agosto de 2020.

PERUCCHI, Valmira. MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. **Características das atividades de pesquisa dos professores dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2015v20n44p73/30429>>. Acesso em: 18 de agosto de 2020.

PRESTES. Emília Maria da T. et al. **A evasão no ensino superior globalizada e suas repercussões na gestão universitária.** Disponível em: <https://www.sbec.fe.unicamp.br/pf-sbec/eventos/eventos-realizados/6o-encontro-internacional-da-sociedade-brasileira-de-educacao-comparada/emilia_maria_prestes.pdf>. Acesso em: 23 de novembro de 2021.

Referenciais Curriculares Nacionais dos Cursos de Bacharelado e Licenciatura. Disponível em: <<https://www.dca.ufrn.br/~adelardo/PAP/ReferenciaisGraduacao.pdf>>. Acesso em 09 de agosto de 2021.

Resumo Técnico Censo da Educação Superior 2015, 2ª edição. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/resumo_tecnico/resumo_tecnico_censo_da_educacao_superior_2015.pdf>. Acesso em: 20 de abril de 2021.

SAMPAIO. Jarbas Cordeiro. SILVA. Karine Socorro Pugas da. **Evasão na licenciatura em matemática: desafio a ações.** Disponível em: <<https://brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5442>>. Acesso em 15 de novembro de 2021.

SAMPAIO. Jarbas Cordeiro. SILVA. Karine Socorro Pugas. **Evasão na licenciatura em matemática: desafios e ações.** Disponível em: <<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/5442#:~:text=A%20partir%20dos%20dados%20coletados,s%C3%A3o%20quest%C3%B5es%20relacionadas%20ao%20trabalho.>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

SANTOS, José Luís Guedes dos, et al. **Integração entre dados quantitativos e qualitativos em uma pesquisa de métodos mistos.** Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072017000300330&script=sci_arttext>.

SANTOS. Cláudio Wilson. MORORÓ. Leila Pio. **O desenvolvimento das licenciaturas no Brasil: dilemas, perspectivas e política de formação docente.** Disponível: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8652339>>. Acesso em: 19 de agosto de 2020.

SEMESP. **Mapa do Ensino Superior no Brasil.** Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Semesp_Mapas_2019_Web.pdf>. Acesso em 20 de julho de 2021.

SILVA FILHO, Roberto Leal Lobo, et al. **A evasão no ensino superior brasileiro.** Disponível em: < <https://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0737132.pdf>>. Acesso em: 19 de maio de 2020.

SILVA, Daniele Cristina da. **Evasão nos cursos de licenciatura: o caso do curso de licenciatura em química da UTFPR-CM.** Disponível em: < <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/6120>>. Acesso em: 06 de agosto de 2020.

SOUZA, Roberto Francisco de. et al. **Evasão no ensino superior: Uma análise dos alunos de ciências contábeis da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.** Disponível em: < <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/repad/article/view/10332/7577>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2022.

TACHIBANA, Thiago Yudi. Et al. **Ensino Superior no Brasil.** Disponível em: < <http://docplayer.com.br/27900950-Ensino-superior-no-brasil-thiago-yudi-tachibana-naercio-menezes-filho-bruno-komatsu.html>>. Acesso em 26 de novembro de 2020.

VIEIRA, Sofia Lerche . VIDAL, Eloísa Maia. **Política de financiamento da educação no Brasil: uma (re)construção histórica.** Disponível em: < <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2519/2257>>. Acesso em 18 de novembro de 2020.

VITELLI, Ricardo Ferreira. et al. **A evasão nos cursos de graduação em uma instituição de ensino superior privada.** Disponível em: < <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7963/5724>>. Acesso em: 20 de novembro de 2020.

WEBER, Silke. **O plano nacional de educação e a valorização do docente: confluência do debate nacional.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/XjFKb8R5jCFPS4j8GCmFQGx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 de agosto de 2021.

APÊNDICE

APÊNDICE A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Prezado participante,

Você está sendo convidado(a) para participar da pesquisa “Evasão dos estudantes do curso de Licenciatura em Química no IFPB-Campus Sousa”, desenvolvida por Victória Pinheiro Alves do curso de Licenciatura em Química do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba – campus Sousa, sob orientação da professora Polyana de Brito Januário.

O objetivo central desse estudo consiste em investigar os motivos que influenciam a evasão do Curso de Licenciatura em Química, do IFPB – Campus Sousa. O motivo de sua participação se deve ao fato de você ter se matriculado no curso citado. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Você não será penalizado de nenhuma maneira caso decida não consentir sua participação ou desistir do seu consentimento. Contudo, ela é fundamental para a execução da pesquisa. A sua participação consistirá em responder perguntas de um questionário que abordará questões inerentes ao seu perfil e com relação ao curso. O instrumento de pesquisa será aplicado em um local reservado e somente a executora e a orientadora desse estudo terão acesso ao questionário contendo suas respostas.

Com a sua colaboração nesta pesquisa, você não terá benefício pessoal direto, mas a sua participação proporcionará a obtenção de dados que servirão de subsídios para a Administração do curso promover melhorias nas turmas ofertadas, o que contribuirá para uma melhor qualificação dos discentes e, conseqüentemente, para inserção de profissionais qualificados no mercado de trabalho, trazendo benefícios diretos para a sociedade.

Em decorrência de sua participação na pesquisa, você poderá se sentir desconfortável em responder algumas questões. Para minimizar esse desconforto, você pode se recusar a responder a qualquer pergunta nesse questionário. Ressaltamos que os resultados dessa pesquisa serão de conhecimento público, com possível publicação em eventos de cunho acadêmico e científico, porém o seu nome não será identificado em nenhum momento desse estudo.

Para qualquer outra informação sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com a pesquisadora pelo e-mail victoria_alvez2011@hotmail.com. Em caso de dúvida quanto à condução do estudo, entre em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do IFPB, através dos seguintes canais de comunicação, telefone (83) 3612 9725, e-mail eticaempesquisa@ifpb.edu.br, endereço Avenida João da Mata, 256, Jaguaribe, João Pessoa – PB.

Consentimento Pós-informação

Fui devidamente esclarecido, quanto os objetivos da pesquisa, aos procedimentos aos quais serei submetido e os possíveis e decorrentes riscos da minha participação. Sendo assim, diante do exposto:

- Eu aceito participar do estudo
- Eu não aceito participar do estudo

APÊNDICE B - Questionário aplicado com os alunos

1. Você está cursando Licenciatura em Química? Qual período?
2. Se não está cursando, em qual período você parou de frequentar o curso? Você estudou o Ensino Fundamental em escola pública?
☐ Totalmente ☐ Parcialmente ☐ Não
3. Você estudou o Ensino Médio em escola pública?
☐ Totalmente ☐ Parcialmente ☐ Não
4. Sua faixa etária:
☐ 16 a 21 anos ☐ 22 a 27 anos ☐ 28 a 33 anos
☐ 34 a 39 anos ☐ 40 a 45 anos ☐ Acima de 45
5. Cor da pele:
☐ Branca ☐ Amarela ☐ Indígena
☐ Preta ☐ Parda ☐ Nenhuma das opções
6. Estado Civil:
☐ Solteiro(a) ☐ União estável ☐ Desquitado(a)/ Divorciado(a)
☐ Casado(a) ☐ Separado ☐ Viúvo(a)
7. Qual a renda média da sua família em salários mínimos?
☐ Até 1 salário ☐ De 3 a 6 salários ☐ Não sabe informar
☐ De 1 a 3 salários ☐ Acima de 6 salários
8. Qual cidade você residia/reside no período em que frequentou/frequenta o curso?

9. Tem filhos?
☐ Sim ☐ Não Quantos? _____
10. Qual sua ocupação no momento?
☐ Estuda ☐ Estuda e trabalha
☐ Trabalha ☐ Não estuda e não trabalha

11. Quais dificuldades você encontra/encontrou para permanência no curso?

12. Você obteve alguma reprovação no curso de Licenciatura em Química?

() Sim

() Não

13. Em relação a possível reprovação em disciplina(s), indique quais seriam os motivos mais relevantes e irrelevantes.

	1-Nada relevante	2-Pouco relevante	3-Relevante	4-Muito relevante
Formação deficiente no ensino médio				
Falta de tempo devido a ocupação profissional				
Complexidade dos conteúdos				
Metodologia pedagógica dos docentes				
Falta de empenho de aluno				
Dificuldade em conciliar tarefas domésticas/ criação de filhos com estudos				

14. Já pensou em desistir ou evadir do curso?

() Sim

() Não

15. Indique por relevância, quais motivos contribuiriam para que se cogitasse evadir do curso.

	1-Nada relevante	2-Pouco Relevante	3-Relevante	4-Muito Relevante
Falta de infraestrutura básica nas disciplinas de laboratório (reagentes, vidrarias, etc)				
Falta de infraestrutura básica das salas de aula (cadeiras, ar-condicionado, etc)				
Dificuldades encontradas em disciplinas específicas				
Falta de estrutura básica do Instituto (banheiros, alimentação, etc).				
Falta de segurança no Campus				
Problemas financeiros				
Distância entre moradia e campus				
Trabalho				

16. Por que você escolheu o curso de Licenciatura em Química?

	1-Nada relevante	2-Pouco relevante	3-Relevante	4-Muito relevante
Incentivo da família				
Identificação com o curso escolhido				
Qualidade do ensino oferecido				
Horário do curso				
Outro. Qual? _____				

17. Você ingressou pelo sistema de cotas, se sim, qual?

18. Quais desses projetos você já participou?

	Voluntário	Bolsista
Projetos de pesquisa		
Projetos de extensão		
PIBID		
Residência Pedagógica		

19. Na sua opinião, quais os fatores que precisam ser melhorados no curso de Licenciatura em Química do IFPB?

20. Em relação a assistência estudantil oferecida pelo campus aos alunos do curso de Licenciatura em Química, você:

- () Acredita serem adequadas
- () Acredita serem parcialmente adequadas
- () Acredita serem inadequadas
- () Desconhece as ações desenvolvidas pela assistência estudantil

ANEXOS

ANEXO A – Matriz Curricular 2010

NÚCLEO COMUM	QUIMIOMETRIA					3				60	CALCULO APLICADO A QUÍMICA II
	HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS	2								40	Não Há
	MATEMÁTICA BÁSICA	3								60	Não Há
	CÁLCULO APLICADO À QUÍMICA I		3							60	MATEMÁTICA BÁSICA
	CALCULO APLICADO A QUÍMICA II			3						60	CÁLCULO APLICADO À QUÍMICA I
	FÍSICA APLICADA A QUÍMICA I				4					80	CALCULO APLICADO A QUÍMICA II
	FÍSICA APLICADA A QUÍMICA II					4				80	FÍSICA APLICADA A QUÍMICA I
	PORTUGUÊS INSTRUMENTAL	3								60	Não Há
	INGLÊS INSTRUMENTAL	2								40	Não Há
	METODOLOGIA CIENTÍFICA		3							60	Não Há
	LABORATÓRIO COM MATERIAIS ALTERNATIVOS I						2			40	Não Há
	LABORATÓRIO COM MATERIAIS ALTERNATIVOS II							2		40	LABORATÓRIO COM MATERIAIS ALTERNATIVOS I
TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO COMUM										680	
NÚCLEO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	4								80	Não Há
	FUNDAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO		4							80	Não Há
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO		4							80	Não Há
	DIDÁTICA			5						90	Não Há
	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA						3			60	Não Há
	FUNDAMENTOS E PRÁTICAS CURRICULARES NA EJA							3		60	Não Há
	MÍDIAS EDUCACIONAIS							3		60	Não Há
	EDUCAÇÃO EM LIBRAS							3		60	Não Há
	PESQUISA EM EDUCAÇÃO QUÍMICA			2						40	Não Há
	PRÁTICA PROFISSIONAL I			2						40	
	PRÁTICA PROFISSIONAL II				4					80	PRÁTICA PROFISSIONAL I
	PRÁTICA PROFISSIONAL III					4				80	PRÁTICA PROFISSIONAL II
	PRÁTICA PROFISSIONAL IV						2			40	PRÁTICA PROFISSIONAL III

NÚCLEO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO	4							80	Não Há
	FUNDAMENTOS SOCIOPOLÍTICOS E ECONÔMICOS DA EDUCAÇÃO		4						80	Não Há
	PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO		4						80	Não Há
	DIDÁTICA			5					90	Não Há
	ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA					3			60	Não Há
	FUNDAMENTOS E PRÁTICAS CURRICULARES NA EJA						3		60	Não Há
	MÍDIAS EDUCACIONAIS						3		60	Não Há
	EDUCAÇÃO EM LIBRAS						3		60	Não Há
	PESQUISA EM EDUCAÇÃO QUÍMICA			2					40	Não Há
	PRÁTICA PROFISSIONAL I			2					40	
	PRÁTICA PROFISSIONAL II				4				80	PRÁTICA PROFISSIONAL I
	PRÁTICA PROFISSIONAL III					4			80	PRÁTICA PROFISSIONALII
PRÁTICA PROFISSIONAL IV						2		40	PRÁTICA PROFISSIONAL III	

TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO NÚCLEO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO									850	
TOTAL DE AULAS SEMANAIS	20	20	20	20	19	18	15	08		
ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO									400	
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO									160	
ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CULTURAIS									200	
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO									3550	

ANEXO B – Matriz Curricular 2018

1º semestre		2º semestre		3º semestre		4º semestre		5º semestre		6º semestre		7º semestre		8º semestre	
1.1	Química Geral I	2.1	Química Geral II	3.1	Química Orgânica I	4.1	Química Orgânica II	5.1	Química Orgânica III	6.1	Físico-Química I	7.1	Físico-Química II	8.1	Físico-Química III
83		83		83		83		83		67		67		67	
1.2	Química Experimental I	2.2	Química Experimental II	3.2	Química Inorgânica I	4.2	Química Inorgânica II	5.2	Química Analítica Qualitativa	6.2	Química Analítica Quantitativa	7.2	Libras	8.2	Química Ambiental
50		50		83		83		83		83		50		67	
1.3	Leitura e Produção Textual	2.3	História da Educação	3.3	Metodologia do Trabalho Científico	4.3	Química Computacional	5.3	Quimiometria	6.3	Pesquisa em Educação Química	7.3	Seminário em Educação	8.3	Bioquímica
50		50		50		50		67		50		33		67	
1.4	Introdução ao Cálculo	2.4	Cálculo Aplicado à Química I	3.4	Cálculo Aplicado à Química II	4.4	Física Aplicada à Química I	5.4	Física Aplicada à Química II	6.4	Política e Gestão Escolar	7.4	TCC I	8.4	TCC II
67		67		67		67		67		50		33		33	
1.5	História das Ciências	2.5	Sociologia da Educação	3.5	Didática I	4.5	Didática II			6.5	Materiais Alternativos	7.5	Fundamentos e Práticas Curr. na EJA		
50		50		67		33				50		50			
1.6	Inglês Instrumental	2.6	Psicologia da Educação												
50		50													
1.7	Filosofia da Educação	2.7	Prática Pedagógica I	3.6	Prática Pedagógica II	4.6	Prática Pedagógica III	5.5	Prática Pedagógica IV	6.6	Prática Pedagógica V	7.6	Prática Pedagógica VI		
50		67		67		67		67		67		67			
C/H Semestral 408		C/H Semestral 417		C/H Semestral 417		C/H Semestral 383		C/H Semestral 387		C/H Semestral 387		C/H Semestral 300		C/H Semestral 234	

N	Nome da Disciplina	P	Nº: Número da disciplina
C			P: Pré-requisito
			C: Carga Horária

Carga Horária Mínima de Integralização: 3.485 h/r
 Período Mínimo de Integralização: 08 períodos
 Período Máximo de Integralização: 12 períodos

Observações:
 a) Ao final do curso o discente deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso - TCC, sobre tema específico da sua área de formação como requisito para integralização curricular;
 b) Estágio Supervisionado de 400 h e componente curricular obrigatório;
 c) O discente deverá fazer o mínimo de 200 h em Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento ao longo de todo o curso;
 d) O discente deverá participar do ENADE de acordo com o Artigo 33-G da Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007.

Estágio Supervisionado I	Estágio Supervisionado II	Estágio Supervisionado III	Estágio Supervisionado IV
100	100	100	100

Núcleo de Estudos de Formação Geral	Núcleo de Estudos Integradores
Núcleo de Aprofundamento e Diversificação Profissional	Atividades Teórico-Práticas de Aprofundamento
	200

De acordo com a Resolução CNE/CP nº 02/2015.



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DA PARAÍBA

Campus Sousa

Av. Pres. Tancredo Neves, S/N, Jardim Sorrilândia, CEP 58800-970, Sousa (PB)

CNPJ: 10.783.898/0004-18 - Telefone: (83) 3522.2727

Documento Digitalizado Ostensivo (Público)

Trabalho de conclusão de curso

Assunto: Trabalho de conclusão de curso
Assinado por: Victoria Pinheiro
Tipo do Documento: Dissertação
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Ostensivo (Público)
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

- **Victória Pinheiro Alves, ALUNO (201718740013) DE LICENCIATURA EM QUÍMICA - SOUSA**, em 25/08/2022 13:28:15.

Este documento foi armazenado no SUAP em 25/08/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifpb.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 606432

Código de Autenticação: 257fda0983

